

TEMA EM DISCUSSÃO: *Favelização*

NOSSA OPINIÃO

Programa amplo

As causas do processo de favelização, que atinge todas as grandes cidades do país, e se manifesta com especial gravidade em metrópoles como Rio e São Paulo, são conhecidas. Incluem a migração do campo, a ausência de uma política de planejamento familiar, as deficiências da rede pública de ensino e a falta de uma política habitacional adequada à população de baixa renda.

Este último problema começará a ser resolvido quando o governo federal colocar à disposição do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, aprovado ainda em 2004, a dotação capaz de subsidiar adequadamente os financiamentos, sem o que a lei será letra morta.

Investir em educação e instituir campanhas de controle da natalidade, pondo à disposição das mulheres os meios necessários — o que exigirá vencer resistências inclusive de setores religiosos — é absolutamente preciso, mas igualmente não terá resultados a curto prazo. E o problema da favelização, com tudo o que ele implica de degradação urbana e favorecimen-

to da criminalidade, exige ação imediata.

É tão fácil enumerar as medidas a serem adotadas quanto difícil encontrar no poder público — em todas as suas esferas, de vez que a articulação entre administração federal, estadual e municipal é imprescindível — a disposição de implementá-las. Entre elas estão o

reassentamento dos que moram em áreas de risco, o que implica inclusive, quando necessário, remoção de moradias — é preciso não ter medo de conjugar o verbo remover —; delimitação rigorosa das favelas existentes, para conter sua tendência de crescimento contínuo; e combate enérgico aos loteamentos clandestinos e à ocupa-

ção desordenada das encostas — problema característico do Rio de Janeiro.

Em última análise, tudo isso será benéfico para os próprios favelados, que hoje vivem precariamente em áreas sob o domínio do crime organizado. Mas é sempre mais conveniente, para os políticos que fizeram das favelas seus currais eleitorais, que a situação presente se mantenha.

Falta ao poder público a disposição de adotar a ação necessária

Ação inadequada

REYNALDO BARROS

O anúncio do governo federal de que vai cadastrar 15 mil famílias da Rocinha e do Vidigal, com a promessa de regularizar a posse dos terrenos, trouxe à tona, mais uma vez, a discussão sobre o problema da favelização no Rio. Muitas razões explicam o crescimento de assentamentos irregulares na região, como o aumento da população e a ilusão de que nos grandes centros urbanos encontra-se melhor qualidade de vida. O déficit habitacional e a instabilidade da renda média familiar agravam a questão.

A taxa de fecundidade da população carente agrava o diagnóstico. Segundo a Fundação Getulio Vargas, na faixa de 15 a 19 anos a fecundidade das cariocas é cinco vezes maior nas favelas. De acordo com a ONU, o controle de natalidade e a educação sexual são fundamentais para combater a pobreza nos países em desenvolvimento. Países com taxas decrescentes de natalidade nas últimas décadas

cresceram mais: a queda constante da natalidade no Brasil seria responsável por um crescimento médio anual de 0,7% do PIB do país desde a década de 70.

Enquanto as autoridades não se derem conta de que o custo social da explosão demográfica nos grandes centros urbanos é muito maior do que os investimentos em políticas públicas mais amplas, a favelização estará sempre em pauta na agenda política nacional.

O número de domicílios cadastrados em favelas no Rio, segundo o IBGE, cresceu 35%, de 313 mil para 424 mil. E dos 92 municípios fluminenses, 48 têm favelas. Remover ou legalizar casas com uma política de "papel passado", como o governo anuncia agora, não soluciona a questão, muito menos melhora a qualidade de vida de quem ocupa esses terrenos. Medidas para regularizar ocupações irregulares podem lastrear longos debates, mas são insuficientes para uma solução definitiva.

Regularizar
a posse
não é a
solução do
problema

REYNALDO BARROS é presidente do *Crea-RJ*.